

Entre Vistas e Olhares

Lindamir Salet Casagrande
E-mail: lindasc2002@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Luzinete Simões Minella
fala aos
Cadernos de Gênero e Tecnologia

Nesta entrevista* vamos conhecer Luzinete Simões Minella, uma das percursoras dos estudos de gênero e ciência no Brasil. Luzinete nos relata sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional com generosidade e riqueza de detalhes. É, sem dúvida, um percurso inspirador e que revela formas e estratégias de resistência para conseguir conciliar, ou não, vida pessoal com profissional, necessidade que se impõe às mulheres.

Luzinete apresenta um memorial ímpar das publicações sobre gênero e ciência no Brasil que só ela, por ter feito parte dessa história, poderia traçar. Considero que aqui temos mais do que uma entrevista, temos um documento que resgata a história deste campo do conhecimento que é fundamental para que as pessoas que estão adentrando nesta área possam conhecer e reconhecer o que foi feito até aqui.

Autora de diversos artigos publicados em revistas de ampla circulação nacional e internacional, Luzinete nos inspira com sua trajetória de lutas e coragem para enfrentar novos desafios. Em todo seu relato, percebe-se que o amor e a generosidade permeiam a vida e a carreira desta mulher que se mostra e se deixa conhecer.

Assim, convidamos todas e todos a conhecer, admirar e se encantar com Luzinete.

Vamos à entrevista.

CGT – Olá Luzinete, agradecemos sua disponibilidade em colaborar com os Cadernos de Gênero e Tecnologia. Gostaria de começar com sua trajetória pessoal e profissional. Fale-nos um pouco sobre isso.

Luzinete - Nasci em Aracajú, Sergipe em 1950, mas fui criada em Salvador, Bahia. Nossa família era numerosa, de classe média baixa, meu pai foi caminhoneiro e posteriormente proprietário de uma pequena empresa de caminhões de transporte de combustível e minha mãe era dona-de-casa. Juntos tiveram seis filhas e quatro filhos. Tivemos muitas perdas nos últimos anos. Hoje somos apenas quatro mulheres. Sou a mais nova entre elas. Os homens começaram a trabalhar na adolescência, concluíram o curso secundário e um deles fez um curso técnico. Não ingressaram no ensino superior e seguindo a tradição da família, também se dedicaram ao ramo de transporte de combustíveis. As mulheres também

começaram a trabalhar cedo, mas conciliaram os estudos com as demais atividades. Todas nós estudamos em escolas públicas e apenas uma realizou o ensino superior numa universidade privada, quando já trabalhava como técnica em mineração. Ressalto que sem as escolas públicas, de bom nível na época, e sem as universidades públicas, teria sido quase impossível obtermos um diploma de nível superior. Minha mãe faleceu muito jovem, aos 37 anos, vítima de um câncer. Minhas irmãs mais velhas tiveram um papel muito importante na criação das/os menores, no apoio afetivo, no estímulo aos estudos, às nossas amizades, às leituras, na frequência regular às sessões de cinema, no cuidado com nossa saúde, roupas e uniformes, na presença confortante nos momentos bons e nas horas difíceis. Meu pai, embora tivesse “pouco estudo”, também nos apoiou muito em nossa formação e se sentia orgulhoso ao ver todas as filhas formadas. Em casa havia sempre muitas pessoas em volta. Não construí sozinha minha trajetória, fui ao longo dos percursos, contando com minha família, além de amigos, amigas e professores/as que tiveram uma influência fundamental nas escolhas que fiz. Algumas dessas pessoas serão citados/as durante essa entrevista.

Comecei a trabalhar aos 14 anos, dando aulas particulares de português, história e geografia para estudantes do ensino primário que moravam no meu bairro e nas adjacências. Após concluir o curso secundário, num colégio público de vanguarda na época¹, fui aprovada no vestibular e, seguindo uma vocação para as humanidades, iniciei em 1969, o curso de graduação em Ciências Sociais. De modo geral, as três áreas de concentração do curso – antropologia, sociologia e ciência política - me fascinavam. Tinha, e continuo tendo também, um fascínio pela história. Mas, acabei me concentrando na Sociologia devido a uma forte identificação com uma visão sobre as questões sociais que na época considerava mais abrangente e que me colocava em contato permanentemente com as demais disciplinas do curso. Já se insinuava nessa fase - creio – uma vocação para a interdisciplinaridade, tema sobre o qual refleti num artigo anos atrás². Simultaneamente à realização das disciplinas, fiz vários estágios, atuando em projetos de pesquisa de instituições públicas. Me formei em 1972, e no final de 1973, instada pelos professores da graduação, me submeti a seleção do mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em março de 1974 as aulas da minha turma se iniciaram e logo em seguida participei da equipe de um projeto de pesquisa intitulado “Garimpos e Garimpeiros na Bahia”, financiado pela Secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia, coordenado pelo prof. Antonio Luis Machado Neto³ e pelas profas. Zahidé Machado Neto⁴ e Célia Maria Leal Braga⁵. As viagens pelo interior do Estado, o trabalho em equipe, nossos diálogos que se estendiam pela noite adentro, reforçaram minhas intuições acerca da minha escolha profissional: era aquilo mesmo que queria continuar fazendo pela vida afora. O projeto comparava duas áreas de mineração, uma em ascensão (na Serra da Carnaíba, município de Jacobina) e uma em decadência (Chapada Diamantina). A partir desse objetivo geral, foi sendo gestado o tema da minha dissertação, orientada por Antonio Luís Machado Neto: uma análise fenomenológica sobre as perspectivas dos velhos garimpeiros residentes na sede do município de Mucugê, situado na região das Lavras Diamantinas, portanto na região de mineração em decadência, concluída em 1977⁶. Recebi os pareceres aprovatórios da banca poucos meses após o falecimento precoce do meu orientador, vítima de um súbito ataque cardíaco aos 47 anos. Algo que abateu

profundamente não apenas a mim, mas a toda a equipe que trabalhava à sua volta. Seu falecimento figura entre os fatores que mudaram os rumos do mestrado.

O convívio com os/as colegas e professores/as dessa fase da minha formação abriu meus horizontes profissionais e impulsionou minha entrada nos quadros da UFBA. No início de 1975, o Departamento de Ciências Sociais promoveu um concurso para professor/a auxiliar. Tive muitas dúvidas se deveria concorrer, achava que não estava preparada até porque não havia concluído o mestrado. Instada pelo meu orientador, demais professores e pelos colegas, me inscrevi e qual não foi minha surpresa quando me dei conta de que tinha sido aprovada, com uma nota bem alta na prova escrita! Minha reação inicial foi confusa, oscilei entre a alegria e a apreensão porque nunca tinha dado aula, era muito tímida, tinha dificuldades para me expressar em público. Mas, vencido o primeiro susto, fui descobrindo uma zona confortável nas aulas, talvez porque cultivei o hábito de prepará-las com antecedência, com muita concentração e disciplina, de modo que me sentisse segura daquilo que tinha a dizer. Diria que ao final do segundo ano de experiência, tinha consciência de ter encontrado um lugar instigante, mesmo em meio à uma conjuntura política desfavorável, à carência de recursos da UFBA e de boa parte dos/as estudantes, em geral provenientes das camadas de baixa renda. Apesar de tudo e das minhas inseguranças em relação ao meu futuro e ao do meu país, tinha já começado a desfrutar desse surpreendente encontro com a docência, do potencial dos diálogos que ocorriam não apenas nas salas de aula, mas nos corredores, nas cantinas, nas assembleias, nas reuniões etc.

Algum tempo após a conclusão do mestrado (em 1977) fui eleita para a coordenação da graduação em CSO. Foram quase quatro anos (de março de 1980 a março de 1983) na liderança do curso, reformulando o currículo, administrando tensões entre colegas e estudantes, me equilibrando numa corda bamba, aprendendo a buscar saídas coletivas, negociadas, algo que aprendi também nas minhas funções de vice-representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas junto à Associação de Professores da UFBA: um espaço de lutas - articulado nacionalmente com as demais associações – pela garantia dos nossos direitos, de liberdade de cátedra, do nosso plano de carreira. Devido a implantação desse plano, uma das principais demandas do movimento docente, passei a ser professora assistente, em regime de 40 horas, recebendo um salário melhor e podendo começar a sonhar com a realização do doutorado.

Em 1983 viajei até a Cidade do México e me submeti à seleção do doutorado em Sociologia na Universidad Nacional Autónoma de México. Em 1984 as aulas começaram e fui descobrindo aos poucos, como me movimentar na imensidão daquela cidade que na época concentrava dezoito milhões de habitantes; como me situar em meio àquela universidade imensa, capaz de aglutinar trezentas mil pessoas; como me comunicar com colegas e professores/as vindas (ou com passagem) por diversos outros países. A influência e o apoio de Nadya Araújo, então minha colega de Departamento, que finalizava na época o doutorado na UNAM, foi fundamental na minha decisão. Minha pesquisa abordou as relações entre as “doenças mentais” e o contexto de pobreza na Bahia, tema que tinha me chamado a atenção por diversas razões, inclusive em virtude dos diálogos com colegas do Mestrado em Saúde Comunitária, especialmente com Naomar de Almeida de Filho, que seria anos mais tarde, Reitor da UFBA por dois períodos e mais recentemente Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia(UFSB).

Realizei a pesquisa numa instituição psiquiátrica, que na época concentrava um grande número de pacientes, muitos oriundos do campo⁷. Obtive permissão para consultar os prontuários, observei o cotidiano da instituição e dialoguei com alguns pacientes. Do ponto de vista teórico, tentei articular o debate marxista sobre alienação com as reflexões de Michel Foucault sobre as relações de poder. Um “casamento” até certo ponto improvável, mas que me pareceu possível porque considerei (e ainda considero) que um dos sentidos que Marx atribui ao termo alienação, nas suas primeiras obras – identificação do oprimido com seu opressor – tem muito a ver com várias proposições teóricas do Foucault sobre poder e dominação. Fui orientada pela professora Jussara Teixeira, graduada em Medicina, economista e depois psicanalista. Concluí a tese em 1988 e a defendi em março de 1989⁸. Sintetizando essas duas etapas – mestrado e doutorado – percebo que na dissertação incorporei o entusiasmo do meu orientador com a perspectiva geracional e durante o doutorado, a abordagem das trajetórias dos/as pacientes da instituição, embora atenta às desigualdades entre homens e mulheres, priorizou a condição de classe. Talvez porque na Divisão de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNAM, durante os anos oitenta, não fossem comuns as abordagens feministas e de gênero.

É difícil resumir em poucas palavras o significado do período de permanência no México. Mas, sem dúvida, a identificação com um sentimento de latinidade que me acompanha, foi reforçada por lá, em meio a riqueza e a diversidade sociocultural, diante das tensões entre as classes médias e as elites urbanas, herdeiras dos valores dos “colonizadores” de um lado e da riqueza da herança dos povos originários do outro.

Foi também ali, em meio a vários amigos, colegas e professores (as) que me acolheram, que vivenciei os impactos dos terremotos de 1985 sobre o cotidiano da capital e do país, descobrindo em meio à devastação, o calor humano que emanava de redes espontâneas de imensa solidariedade, muitas delas impulsionadas pela UNAM. Foi também no México DF, no *campus* dessa universidade, que conheci Ary Cesar Minella, gaúcho, mestre em Sociologia, doutor em Estudos Latino-Americanos, que se tornaria professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e posteriormente, meu marido, com quem vivi por vinte e quatro anos e com quem tive dois filhos, dois grandes parceiros de todas as horas⁹. As etapas posteriores da minha trajetória profissional serão abordadas nas respostas às questões que seguem.

CGT - Como se deu sua aproximação aos estudos de gênero? E quais os principais projetos que desenvolveu na área?

Luzinete - A primeira aproximação se deu em 1974, quando realizei a disciplina “Sociologia da Família e das Relações entre os Sexos”, no Mestrado em Ciências Sociais da UFBA. Não se falava em gênero nessa ocasião, mas a concepção da disciplina era feminista na medida em que, de modo pioneiro, obras clássicas, de autoras tais como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Evelyne Sullerot e Germaine Greer, além de outras célebres, por exemplo, Margaret Mead, que problematizavam a dicotomia masculino e feminino, foram discutidas pela primeira vez no Mestrado¹⁰.

O contato com essas autoras teve um impacto considerável na minha visão de mundo. No decorrer da minha carreira, de modo fragmentado, tive contato com

outras obras feministas, e, além disso, acompanhava com entusiasmo os avanços dos movimentos. No entanto, o fator decisivo, que impulsionou meu ingresso no campo dos estudos feministas e de gênero se relaciona com a minha vinda para a UFSC após a realização do doutorado e com o meu interesse na área de saúde reprodutiva. Evidente que se tivesse permanecido na UFBA, teria, sem dúvida, ingressado neste campo na mesma época, porque as colegas de geração tinham criado o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA) justamente em 1983, quando já estava no México para iniciar o doutorado. Mesmo à distância, acompanhei com entusiasmo as notícias sobre este acontecimento, e mais tarde, desenvolveria atividades com a equipe do Núcleo.

Ao concluir a tese, em função do meu casamento, solicitei minha transferência para a UFSC, pois meu (então) marido era professor recém-doutor do Departamento de Ciências Sociais, com perspectivas de candidatar-se a um concurso a fim de se efetivar. Comecei a atuar em março de 1988, no mesmo Departamento, como professora cedida pela UFBA, obtendo a transferência definitiva em 1991.

Durante os anos 1990, fortaleci o vínculo com as temáticas de saúde, desenvolvendo projetos na área de saúde reprodutiva, os quais contaram com o apoio do CNPq e da CAPES e geraram vários artigos publicados em diferentes periódicos. No primeiro deles, desenvolvido entre 1993 e 1996, intitulado “Reprodução Humana: uma análise sociológica da percepção sobre esterilização feminina”, analisei as interpretações da literatura médica nacional e internacional sobre as consequências orgânicas e emocionais da esterilização feminina, contrapondo-as às percepções das mulheres esterilizadas sobre o assunto. Nos anos seguintes, entre 1996 e 1999, me aprofundi mais nesse tema, desenvolvendo uma pesquisa sobre as diretrizes institucionais da esterilização feminina e da vasectomia em Florianópolis e Porto Alegre entre 1985 e 1995. Parte significativa desse projeto foi desenvolvida durante a realização do pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Unicamp (1998-1999) sob a supervisão da profa. Maria Isabel Baltar da Rocha.

No decorrer dessas pesquisas, fui me aprofundando mais na literatura feminista e de gênero, dialoguei com profissionais dos serviços de saúde, me inteirei das demandas das usuárias enquanto paralelamente, refletia sobre minha própria condição de mulher esterilizada que percebia algumas alterações de saúde após a realização desse procedimento. No final de 2002, me aposentei, ou seja, foram onze anos de atuação, no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - onde criei e coordenei a Linha de Pesquisa Saúde e Sociedade no Brasil - mantendo uma intensa participação na docência, na pesquisa e na extensão, além da coordenação do curso de Ciências Sociais, cargo que assumi entre 1993 e 1995.

Concluído o pós-doutorado, após dois anos, me aposentei (final de 2002) e logo em seguida, iniciava minha transição formal para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na condição de professora permanente, no qual já funcionava a área de concentração em Estudos de Gênero, integrada por colegas de várias áreas disciplinares, com as quais tinha me identificado desde contatos anteriores. Continuei pesquisando na área de gênero e saúde reprodutiva, realizando duas pesquisas: a primeira sobre contracepção e

planejamento reprodutivo na percepção de usuárias do Sistema Único de Saúde, uma pesquisa multicêntrica, realizada entre 2005 e 2006, que teve como objetivo principal avaliar o acesso e a qualidade do atendimento na rede pública de saúde, na perspectiva de usuárias residentes em áreas urbanas e rurais de cinco estado brasileiros¹¹.

Entre 2006 a 2011 me envolvi numa detalhada revisão da literatura sobre a esterilização feminina entre 2000 e 2010, identificando as tendências teóricas e metodológicas das pesquisas feitas no Brasil e publicadas em alguns periódicos científicos da área de saúde, disponíveis na base SciELO: Cadernos de Saúde Pública, Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Revista de Saúde Pública, Ciência & Saúde Coletiva e Saúde e Sociedade. Simultaneamente dei andamento ao projeto, “Gênero e infância na História Social no Brasil”, explorando algumas das principais contribuições da História Social sobre infância no Brasil, observando até que ponto revelariam desigualdades e estereótipos de gênero gestados no plano da vida cotidiana. O estudo explorou as especificidades de uma produção do conhecimento centrada no registro do desempenho dos papéis sexuais durante os períodos colonial e imperial, levantando algumas hipóteses sobre as razões da invisibilidade das meninas e das especificidades de sua inserção social.

Paralelamente a dedicação a esses temas, desenvolvi um forte interesse pela área de Gênero e Ciências, principalmente a partir de alguns debates que ocorriam em vários eventos nos quais estive presente, inclusive na UFSC. Para me situar nos debates, entre 2008 e 2011, com base numa pesquisa bibliográfica, realizei um balanço das temáticas abordadas em diferentes estudos sobre a participação das mulheres no campo científico nacional a partir do final dos anos 1990, identificando avanços e lacunas e indagando até que ponto as análises recuperavam as interseções entre gênero e etnia.

Nos anos posteriores, mais uma vez com o apoio do CNPq, me dediquei a dois novos projetos: um deles, entre 2012 e 2015 se deteve na análise dos dados secundários sobre o perfil das/os estudantes dos cursos de graduação em medicina das redes pública e privada na UFBA e na UFSC e focalizou as interseções entre gênero, gerações, classe e etnia. O projeto posterior (2015 a 2018) deu continuidade a esse objetivo, aprofundando a investigação na rede privada e iniciando a análise do perfil das/os cotistas raciais, incluindo a realização de entrevistas semiestruturadas. A consulta às bases de dados dessas instituições possibilitou uma visão sobre as especificidades regionais que foram analisadas à luz da produção sobre a participação das mulheres no campo acadêmico e sobre as interferências do gênero na escolha da carreira, bem como nas perspectivas sobre o futuro acadêmico¹². A situação dos/as estudantes cotistas raciais na UFBA e na UFSC continua sendo objeto de investigação no projeto atual, destacando suas percepções sobre preconceitos, bem como sobre os projetos acadêmicos futuros, os aspectos positivos da experiência e sobre o modo como avaliam as suas trajetórias escolares em comparação com as dos seus familiares. A metodologia inclui, entre outros procedimentos, a revisão bibliográfica sobre a implantação e os impactos das Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior brasileiro e a realização de entrevistas em profundidade com cotistas provenientes de diferentes fases do curso nas duas instituições.

Simultaneamente, em parte desse período (entre 2015 e 2017), me dediquei a investigar as trajetórias das doze cientistas que receberam o Nobel na área de Fisiologia ou Medicina entre 1947 e 2015 no curso desta premiação criada em 1901, dividindo a pesquisa em duas etapas. Na primeira abordei as pioneiras, ou seja, as cinco premiadas entre 1947 e 1988. Na segunda etapa, analisei as trajetórias das sete laureadas entre 1995 e 2015. A discussão visou contribuir para o debate sobre a categoria feminização das carreiras científicas. Numa perspectiva balizada pelos avanços da crítica feminista à ciência, dos campos de gênero e ciências e da história das ciências, o projeto sintetizou vários aspectos ligados às suas origens e formação, ressaltando as interferências de gênero na construção das suas carreiras e observando semelhanças e diferenças entre as pioneiras e suas sucessoras. Consultei várias fontes, principalmente o detalhado site do prêmio no qual estão hospedadas inúmeras informações: suas autobiografias, discursos e palestras que proferiram durante as solenidades de premiação, seus currículos, além de entrevistas gravadas em vídeos e outros materiais. Os resultados dessas pesquisas foram recentemente publicados em dois periódicos¹³.

Considerarei uma experiência muito instigante pensar sobre as trajetórias daquelas que chegaram ao topo da carreira, oriundas dos Estados Unidos e de países europeus (à exceção de uma chinesa) e, ao mesmo tempo, pesquisar sobre as estudantes que estão iniciando sua formação em medicina no contexto das políticas de ações afirmativas no ensino superior no Brasil.

Ressalto ainda que a área de concentração em Estudos de Gênero do PPGICH se articula com o Instituto de Estudos de Gênero, criado em 2005 e integrado pela UFSC, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e outras universidades. Sou pesquisadora permanente desse Instituto desde a sua fundação e nele tenho desenvolvido várias atividades, dentre as quais destaco a co-coordenação das três primeiras edições dos Cursos de Curta Duração em Gênero e Feminismo, ocorridas em 2008, 2009 e 2010. A co-coordenação executiva da primeira edição da Formação em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), realizada em 2009¹⁴; a co-coordenação editorial da Revista Estudos Feministas, entre 2001 e 2004 e de 2007 a 2008. Entre 2009 e 2015 atuei apenas na editoria de artigos e de dezembro de 2016 até o presente, voltei a fazer parte da coordenação¹⁵.

Além de integrar esses projetos, tenho participado também das Comissões Organizadoras da série de eventos Fazendo Gênero, promovida pela UFSC, desde 1996, atuando na coordenação geral da décima edição, Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos, que reuniu cinco mil participantes em 2013. Além disso, co-organizei várias das coletâneas que reuniram textos apresentados durante alguns dos eventos. Em outras instâncias também pude expandir o diálogo com o gênero e os feminismos. Por exemplo, na coordenação do GT de Gênero em várias edições do Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades em parceria com o PPGNEIM/UFBA (CONINTER, 2012, 2013, 2014 e 2015), promovidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades (ANINTER); na co-coordenação de GTs de Gênero da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS, 2006 e 2007) e na participação em vários Gts de Gênero da Sociedade Brasileira de Sociologia, além de eventos organizados (ou que contaram com a participação) da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero, coordenado por Carla Giovana Cabral, professora

da UFRN. Na maior parte desse longo período, orientei várias teses, participei de inúmeras bancas e tenho coordenado a área de Estudos de Gênero do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas.

CGT – Quais os desafios enfrentados nessa caminhada?

Luzinete - No decorrer desse longo percurso enfrentei várias dificuldades que fui aprendendo (mais ou menos) a contornar. Durante a minha formação inicial, uma delas se relaciona com a carência de recursos que me obrigou a começar a trabalhar muito cedo, conforme já mencionei, e a permanecer atenta às oportunidades de estágios e de bolsas de estudos. Mas, hoje vejo que esta necessidade de conciliar trabalho e estudos teve suas vantagens, pois me colocou em contato com as vivências de boa parte da juventude brasileira. Ao longo do tempo, fui me dando conta de outras vantagens dessa precocidade: fui adquirindo autonomia muito cedo e ampliando as redes de contato, sem nem entender o que significavam de fato. Mais adiante, depois que nasceram meus filhos, tal como outras mães que trabalham fora de casa, em particular na academia, vivenciei novas dificuldades que resultaram do impacto da dupla jornada de trabalho sobre a carreira acadêmica.

Creio que não apenas a intensidade da jornada de trabalho, mas a fragmentação das atividades tanto dentro como fora de casa, se constituíram em fontes de ansiedade, ainda mais porque não contávamos com familiares na mesma cidade para nos ajudar. A sensação de lutar contra o relógio me pareceu insuportável em várias ocasiões. Afinal era preciso ter um certo dom da onipresença para dar conta da agenda das crianças, preparar as aulas, orientar vários/as alunos/as, participar de bancas, exercer atividades administrativas, por exemplo, em cargos e várias comissões. Depois de um certo tempo, com os filhos maiores, comecei a poder me programar melhor. Entendo que era necessário, por parte dos/as gestores/as construir critérios objetivos, pois se tratava (e se trata ainda) de expandir e consolidar os cursos de pós-graduação no país. Mas, tal como as mães em geral, não posso negar que sofria diante das pressões para incrementar a produtividade acadêmica. Fico aliviada ao ver que atualmente tem se ampliado o debate sobre o assunto, seja nacional, seja internacionalmente, mediante a realização de eventos que discutem as relações entre maternidade e ciência, sobre os impactos do nascimento dos filhos nas carreiras acadêmicas. Demandas específicas têm sido encaminhadas pelas cientistas, no sentido de interferir na definição de critérios e de implantação de políticas mais justas, que contemplem as especificidades da situação das mulheres que são mães. E que, a meu ver, deveriam também levar em conta os impactos da paternidade, sobre os homens que são pesquisadores e que participam efetivamente da criação dos filhos e filhas, independente da orientação sexual e do modelo de família adotado pelos casais. Acho muito importante que, finalmente, uma questão tratada no âmbito privado e que era “resolvida” individualmente, esteja sendo abordada como uma questão pública.

Creio que, naquele contexto, de vinte, trinta anos atrás, o maior desafio foi conviver, e ao mesmo tempo, lutar contra o sentimento de culpa. Afinal, por mais longa que fosse minha jornada de trabalho, me sentia sempre em dívida com as instâncias acadêmicas, porque evidente que o tempo para pesquisar havia diminuído enquanto a jornada doméstica havia aumentado. Por outro lado, ainda

que me empenhasse em dar atenção e carinho aos meus filhos, me sentia quase sempre em dívida com eles. Embora tentasse me controlar para dar conta dos cuidados que precisavam, em boa parte do tempo, me sentia uma mãe estressada. No entanto, em meio a toda essa efervescência, percebo que não houve apenas estresse. Havia as pausas, os momentos de prazer nos passeios, nas férias, nas brincadeiras, no diálogo com outros pais e mães na mesma situação, com as/os professoras/es das escolas onde eles/as estudaram. Havia a satisfação de vê-los crescendo, passando por várias etapas, se expandindo, se apropriando dos seus espaços.

Voltando ao trabalho, diria que outro grande desafio resultou da luta pela carreira enquanto percorria um círculo vicioso: a dificuldade de manter a produtividade levava à falta de financiamento. Durante vários anos, foi difícil articular com propriedade bons projetos de pesquisa de modo que pudesse concorrer a financiamentos em condições favoráveis. Depois de ingressar nos sistemas de apoio à pesquisa, poucas vezes consegui bolsistas. Talvez por isso mesmo, acabei me acostumando (digamos assim) a produzir na solidão, a elaborar os textos sem co-autoria, algo de certa forma comum nas Humanas em geral e que acho que devemos combater.

Atualmente avalio que as dificuldades e os desafios que enfrentei (bem como aqueles que deixei de enfrentar) promoveram uma conscientização quanto aos meus próprios limites físicos, emocionais, vocacionais. Hoje me dou conta de que ao longo do tempo, desenvolvi uma certa autonomia pessoal, uma certa capacidade de dizer não, quando percebo que o exercício de algumas tarefas – por mais que possam proporcionar poder e prestígio – me obrigariam a ultrapassá-los. Finalmente, na terceira idade (ou seria a quarta?) assumi minha vontade de trabalhar em silêncio, nos bastidores, no sossego do meu pequeno escritório, no qual consegui acomodar apenas aquilo que preciso: um terço do acervo que reuni em toda uma vida acadêmica, pois me encarreguei de doar o restante para as novas gerações. Desse retorno à simplicidade – que se estendeu também a outros pertences pessoais – tenho conseguido extrair o entusiasmo de lidar com as novas gerações de doutorandas e doutorandos com os quais tenho o prazer de interagir no PPGICH. Assim como tenho me permitido descansar sem culpas, quando sinto que é necessário, entendendo que posso continuar sendo uma pesquisadora feminista sem me cobrar o *status* de heroína.

CGT – Seus projetos mais recentes pesquisam a participação das mulheres na área de medicina. Por que você se interessou por esta área?

Luzinete - O interesse por essa área resulta da pesquisa do doutorado. Ao analisar as relações entre “loucura” e pobreza na Bahia nos anos oitenta, me dei conta de que havia poucas mulheres no quadro profissional das instituições psiquiátricas pesquisadas em Salvador, Bahia. Talvez por conta das especificidades das atividades ali desenvolvidas. No entanto, sua presença me parecia expressiva no curso de graduação em medicina da UFBA bem como nos cursos da área de saúde em geral. Enquanto transitava pelas instituições catarinenses de saúde, nos anos noventa, realizando pesquisas na área de saúde reprodutiva, também me chamou a atenção a proporção razoável de jovens graduandas bem como de recém-formadas, aspirantes ao mestrado e doutorado, à semelhança da situação em

outras áreas científicas, coincidindo com os dados de várias pesquisas sobre a participação das mulheres na academia.

Além dessas impressões, me interessei também pelas pesquisas sobre mulheres na medicina, porque se trata de uma área estratégica para o avanço do conhecimento científico e tecnológico, das mais concorridas nos exames de ingresso às universidades, figurando entre as mais prestigiadas. E, ainda, porque se trata de uma área na qual originariamente e, até poucas décadas atrás, a presença masculina era majoritária. Em 2013, uma pesquisa feita por Mário Scheffer e Alex Jones Cassenote constatou a tendência ao aumento significativo da presença das mulheres na área, representando 45,6% do total de profissionais, predominando entre as/os mais jovens (53,7%)¹⁶.

Diante dessa expansão, me pareceu oportuno abordar as especificidades desse processo que vem sendo chamado de feminização da carreira. A formação em medicina requer uma média de anos superior aos demais cursos, portanto, um investimento maior de tempo e de recursos, tendo atraído por isso mesmo, majoritariamente, estudantes com maior poder aquisitivo. Justamente por essas razões, me pareceu que seria relevante debater tanto as trajetórias das mulheres que atingiram o topo da carreira (aquelas que receberam o prêmio Nobel), quanto as das estudantes cotistas, ponderando sobre as interferências de gênero, raça/etnia e classe, na construção das suas carreiras. As pesquisas sobre mulheres no campo da medicina no Brasil, feitas por autoras tais como Elisabeth Juliska Rago, Hildete Pereira de Melo, Iole Macedo Vanin, Maria Helena Machado, Maria Lúcia de Barros Mott, Tânia Steren dos Santos entre outras, tem servido como fontes de inspiração. Assim como estudos sobre a participação das mulheres, não apenas na medicina, mas em outras carreiras elaborados, entre outras, por Alice Rangel, Ângela Maria Freire de Lima e Souza, Betina Stefanello, Carla Giovana Cabral, Cecília Sardenberg, Cristina Bruschini, Fanny Tabak, Maria Conceição da Costa, Maria Margaret Lopes, Marília Gomes de Carvalho, Maria Rosa Lombardi e Miriam Pillar Grossi.

CGT – Como você percebe a participação das mulheres nas ciências no Brasil?

Luzinete - Considero que a participação das mulheres na academia e na produção do conhecimento científico tem se incrementado e se relaciona com vários fatores, entre os quais, o combate às desigualdades de gênero, através das ações desencadeadas pelos movimentos feministas no âmbito das políticas educacionais e de trabalho. Nesse contexto, considerando segmentos expressivos dos contextos urbanos, há vários fatores que se inter-relacionam. Por exemplo, a elevação dos níveis de escolaridade e de renda das mulheres; a expansão da sua participação no mercado de trabalho; o aumento da expectativa de vida; o casamento e a maternidade em idades mais avançadas e a queda da fertilidade. Evidente que persistem desigualdades, amplamente divulgadas, por exemplo, quanto ao salário – mulheres continuam recebendo salários menores e desempenhando funções menos importantes. As violências contra elas têm se expandido registrando taxas absurdas nos últimos anos e em particular, nos últimos meses, enquanto outras formas de discriminação continuam presentes. Paralelamente, pesquisas nacionais e internacionais, tem evidenciado nas últimas décadas, um aumento significativo da presença das mulheres nos três níveis de educação (fundamental, secundária e de nível superior), mesmo nos países mais pobres.

De acordo com dados do IBGE, divulgados em 2012, as mulheres representavam 60% do conjunto de estudantes universitários no Brasil, sendo oriundas de distintos estratos socioeconômicos, predominantemente dos médios e baixos, muitas delas enfrentando dificuldades para permanecer e se expandir na carreira. Distorções ligadas à racialização do gênero também foram apontadas: apesar da população negra representar quase a metade da população brasileira (45,0%), apenas 14,4% dos profissionais com nível superior completo eram negras. Outros aspectos sobre desigualdades serão abordados nas respostas seguintes.

CGT - Muitos estudos apontam que as mulheres são minoria nas ciências mais facilmente reconhecidas como ciência, ou seja, nas ciências denominadas “hard”. Por outro lado, em pesquisa recente apresentada no relatório *Gender in the Global Research Landscape* realizado pela editora Elsevier mostrou que as mulheres são autoras de 49% dos artigos científicos no Brasil. Como você percebe esta discrepância entre a área “hard” e a ciência em geral no Brasil?

Luzinete - Essa discrepância é preocupante, no entanto algumas iniciativas importantes para estimular a presença das mulheres no campo das ciências “hard” vem sendo implantadas. Levando em conta apenas os cursos de graduação, o Censo da Educação Superior de 2016 revela que as mulheres representam 57,2% do total de estudantes matriculados/as. No entanto elas atingem apenas 10,2% na engenharia mecânica e cerca de 13,0% na engenharia elétrica, por exemplo. Dados recentes sobre títulos de doutorado e áreas de formação, publicados pela Revista Pesquisa Fapesp em março de 2019¹⁷, mostram que as mulheres prevalecem na área da saúde (67,0%) com percentuais mais altos de títulos de doutora (18,0%). No geral, elas obtiveram a maior parte dos títulos em seis das nove áreas de pós-graduação da CAPES, mas os homens continuam na liderança nas ciências exatas e da Terra e nas engenharias (66,0% em ambos os casos); eles também lideram (em menor proporção) nas ciências sociais aplicadas (50,6%). Esses números denotam por um lado, as desigualdades de gênero. Mas, por outro, ajudam compreender porque elas estão sendo responsáveis pela elaboração de praticamente a metade dos artigos científicos no Brasil, conforme mostram os dados do Relatório divulgado pela editora Elsevier.

Entre os projetos que buscam ampliar a participação feminina na ciência em geral, e na área “hard” em particular, vários estão investindo no estímulo às novas gerações a partir do ensino fundamental, despertando vocações de modo, na intenção inclusive, de tentar evitar a evasão futura dos cursos de graduação: por exemplo, o projeto “Meninas com Ciência”, promovido pela USP; “Meninas nas Exatas, Engenharias e Computação”; “Tem menina no circuito”, liderado por professoras do Instituto de Física da UFRJ; “ELAS nas Exatas”, promovido por uma parceria entre o Fundo ELAS, o Instituto Unibanco e a Fundação Carlos Chagas; o projeto Cunhantã Digital, que prepara meninas para os cursos na área de TI da Universidade Federal do Amazonas. Premiações também vêm sendo implementadas. É o caso do prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher”, criado pela SBPC; “Meninas Olímpicas”, promovido pelo Instituto de Matemática Aplicada; “L’Oréal Brasil Unesco e ABC”; “Vanderlan da Silva Bolzani”, recém criado pelo Núcleo Mulheres da Sociedade Brasileira de Química (SBQ); o prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” promovido pelo Programa Mulher e Ciência.

O Programa Mulher e Ciência, criado em 2006, resultou de uma parceria interministerial da qual fez parte a extinta Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; as várias edições do projeto “Pioneiras da Ciência no Brasil”, iniciado em 2006 através de uma obra de Hildete Pereira de Melo em parceria com Lígia M.C.S. Rodrigues¹⁸. A maior parte desses projetos e premiações conta ou contou com o apoio do CNPq.

Alguns bons artigos e livros produzidos nas últimas décadas, tem se dedicado a rastrear a participação das mulheres nas diferentes áreas científicas, nos sistemas de bolsas de produtividade científica, na elaboração de trabalhos acadêmicos, na construção de propostas inovadoras em ciência, nos diferentes programas de apoio e premiações, configurando um conjunto de contribuições relevante que registra tanto as mudanças quanto os caminhos que ainda precisam ser explorados no sentido de desconstruir estereótipos de gênero, preconceitos e discriminações que contribuíram para a defasagem entre homens e mulheres.

CGT - Nos últimos 10 anos muitos congressos têm oferecido pelo menos um grupo de trabalho destinado a Gênero, Ciência e Tecnologia. Em sua opinião a que se deve a abertura destes espaços para divulgação dos trabalhos desenvolvidos nesta temática? Como você vê o futuro dos estudos de gênero e ciência no Brasil?

Luzinete - Creio que não apenas os avanços científicos e das tecnologias, mas sua ampla e veloz divulgação pela mídia, paralelamente à intensificação dos candentes debates do campo de gênero e ciência, em suas diferentes vertentes, está entre os fatores que explicam essa abertura de espaços de discussão. Destaco o papel estratégico que vem jogando, por exemplo, a Associação Brasileira de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESOCITE.BR) em particular na organização de eventos que reúnem pesquisadoras/es da área, fortalecendo redes e vínculos com outras instituições nacionais e internacionais, propondo políticas específicas no Brasil. Também tem se constituído um espaço relevante para ampliação e diversificação desse grupos, os Seminários Nacionais de História da Ciência e Tecnologia promovidos pela Sociedade Brasileira de História da Ciência. Além do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Rede Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Género, liderada por Eulália Perez Sedeño, no sentido de promover estudos sobre as assimetrias de gênero na ciência e na tecnologia, no contexto ibero-americano. E também, as atividades da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero liderada por Carla Giovanna Cabral. Em todas essas instâncias, cujo surgimento comprova a capacidade de organização e de mobilização da área, os grupos de trabalho organizados nos vários eventos têm funcionado como um espaço privilegiado de troca de informação, discussão, compartilhamento dos resultados de pesquisa, estímulo às novas gerações, e, principalmente, de inspiração para as ações no âmbito das políticas educacionais.

Outro fator importante que tem favorecido a abertura de oportunidades para divulgação dos trabalhos sobre o tema, tem sido as publicações. Por exemplo, a criação em 2005, dos *Cadernos de Gênero e Tecnologia* do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia, hoje Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec), do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/Paraná), atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e da Revista Tecnologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da UTFPR. A primeira recuperou a periodicidade em 2016, após superar algumas

dificuldades em anos anteriores, e em 2017, se tornou “a publicação oficial” da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero, bem como da Rede Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Género¹⁹. A segunda revista, por sua vez, se encarrega de divulgar pesquisas interdisciplinares inéditas que abordam as relações entre tecnologia e sociedade, discutidas no âmbito da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR).

Outras publicações feministas também têm divulgado pesquisas na área, por exemplo, os *Cadernos Pagu* que marcaram a emergência do campo Gênero e Ciências no Brasil, no final dos anos noventa através da publicação em 1998 de um número temático intitulado Gênero, Tecnologia e Ciência. Em seguida, a mesma revista, além de artigos veiculados em outras seções, publicou vários dossiês, dentre eles, Gênero, Ciências e História (2000); Gênero na Ciência (2006); mais recentemente Gênero e Ciências: História e Políticas no Contexto Ibero-americano (2017). Em alguns deles, questões ligadas às tecnologias também são contempladas. A *Revista Estudos Feministas* também tem publicado artigos sobre a temática, inclusive vários elaborados por autoras citadas ao longo dessa entrevista. As publicações do NEIM/UFBA se incluem entre aquelas que vem colaborando de modo significativo para o debate sobre o tema, por exemplo, a *Coleção Baianas*²⁰ e a *Revista Feminismos*. Quanto ao futuro desse campo, creio que apesar das dificuldades que estamos enfrentando, no plano das conquistas sociais e dos direitos humanos, inclusive dos direitos das mulheres e apesar da violência gritante as quais tem sido submetidas, dos obstáculos aos movimentos feministas de um modo geral, creio que será muito difícil sufocar todos os avanços que obtivemos até o momento.

CGT – Outra área de sua atuação é a de periódicos de divulgação de pesquisas em gênero. Como você vê este campo? Nos últimos anos tem aumentado as opções de publicação em revista no Brasil?

Luzinete - Embora a consulta a vários periódicos feministas constituísse parte da minha rotina, foi a partir do meu ingresso na equipe da *Revista Estudos Feministas* (REF), em 2001, que tive oportunidade de conhecer melhor as especificidades das publicações, tanto as acadêmicas quanto as dos movimentos. Lembro que a REF passou a ser sediada na UFSC em 1999²¹. Assumi a coordenação editorial entre 2001 e 2004 e mais uma vez em 2007 e 2008. Neste último ano passei a integrar apenas a editoria de artigos. Voltei a fazer parte da coordenação editorial em dezembro de 2016 e nessa função permaneço até o momento²².

No decorrer das múltiplas atividades implicadas no processo editorial, um dos aspectos que contribuiu de modo decisivo para minha visão sobre o conjunto das publicações foi a participação na organização de eventos que reuniram editoras de publicações feministas, promovidos pela REF, como parte de um projeto mais amplo²³. Em 2002, realizamos em Florianópolis o I Encontro Nacional de Publicações Feministas em Florianópolis, com a presença de representantes de várias delas, tanto acadêmicas quanto aquelas produzidas pelas ONGs²⁴. Os textos apresentados durante o evento foram reunidos e publicados pela REF em 2003²⁵. Neles, as editoras sintetizam a trajetória das publicações, informam sobre avanços e dificuldades para manter a periodicidade, obter financiamento e constituir as equipes, advertindo que se trata na maioria das vezes de trabalho voluntário. As editoras das ONGs ressaltaram a diversidade e as especificidades dos materiais de

divulgação e de conscientização que produzem entre os quais, boletins e cartilhas. Algumas dessas instituições também publicam livros.

Em 2003 a REF organizou um evento mais amplo, o II Encontro Nacional e I Internacional de Publicação Feministas, reunindo em Florianópolis quatorze editoras de publicações internacionais, além de três responsáveis pela edição de livros científicos nacionais²⁶, além de quarenta e sete editoras de publicações nacionais - algumas sediadas em universidades e várias em ONGs. A maior parte delas participou do evento anterior. Os textos apresentados foram publicados num número especial da REF²⁷.

Aprendi muito sobre as publicações feministas como resultado da convivência com as colegas da REF, dos diálogos que travamos nesses eventos com editoras de outras publicações bem como da consulta aos textos que vem sendo produzidos sobre a imprensa feminista de modo geral. Destaco apenas alguns desses aprendizados: primeiro, entendi que edição é algo que se aprende na prática, no cotidiano, nas trocas com integrantes da equipe que desempenham diferentes funções. Segundo, tomei conhecimento de que, para atuar como editora, é preciso aprofundar o conhecimento sobre as origens, os processos de consolidação, as dificuldades, avanços e desafios enfrentados sobre as publicações da área. Consequentemente, desenvolvi também uma percepção de que o trabalho que fazemos, implica uma articulação permanente com outras editoras, com lideranças dos núcleos acadêmicos e dos movimentos, seja de modo direto, seja indiretamente. Ou seja, na prática, trabalhamos em rede. Além desses aspectos, creio que fui adquirindo também, uma percepção do quanto a emergência desse campo se relaciona com os processos de redemocratização do país e com os avanços das teorias e dos movimentos feministas, conforme apontam vários textos dos números da REF já citados e que registram os debates dos eventos que mencionei. Quanto ao aspecto teórico, passei a ficar mais atenta ao impacto da produção e da divulgação dos estudos feministas e de gênero nas ciências sociais, observando o quanto as publicações ampliam os horizontes de reflexão crítica, impulsionando novas reflexões sobre as mulheres, sobre os feminismos e o gênero em suas interações com a sexualidade, as questões de classe, raça/etnia e gerações. E, principalmente, inspirando as políticas da área.

Como parte desse aprendizado, conforme dizia em artigo publicado dez anos atrás, considero que fazer a REF é fazer política, negociando tanto com as instâncias internas, no intuito de construir consensos, quanto com as instâncias externas (autoras/es, pareceristas, financiadores, indexadores, avaliadores/as etc), de modo a garantir sua sobrevivência e a continuidade do seu papel estratégico no campo²⁸. Concordo com Jacira Melo quando afirma que "é preciso analisar a produção de publicações como uma ação política direta, de disseminação de ideias, propostas, questões e conceitos, e não apenas como mais um instrumento de divulgação"²⁹.

Sobre as opções, creio que as publicações feministas de modo geral têm se expandido de modo expressivo no Brasil. Os catálogos das editoras de livros mostram um interesse crescente na publicação de obras feministas, sejam nacionais ou internacionais. A respeito dos periódicos, no segundo evento que realizamos em 2003, ao se referir ao contexto norte-americano daquela época, Marysa Navarro afirmava que existiam cerca de 30 revistas acadêmicas feministas,

representando uma pequena parcela daquelas que circulavam na década de 80. A autora ressaltou no entanto, que “se bem existam menos publicações acadêmicas feministas agora, elas são sem dúvida mais estáveis e estão muito mais integradas ao “*establishment*” acadêmico do que nos anos setenta ou oitenta”³⁰. Ou seja, ela apontou que houve uma diminuição, mas em contrapartida houve uma consolidação das revistas. Não saberia dizer como a autora interpretaria o quadro atual nos Estados Unidos. Sobre o panorama brasileiro, creio que houve transformações: uma consolidação de algumas revistas acadêmicas, talvez porque estejam sediadas em núcleos mais estruturados e contem com mais apoio institucional. É o caso da REF e dos *Cadernos Pagu*, por exemplo. Não cheguei todas, mas se observarmos o panorama das participantes dos eventos que realizamos em 2002 e 2003, uma das revistas acadêmicas não teve continuidade (*Cadernos de Pesquisa e Debate/UFPR*); outras tem se mantido, por exemplo, a *Revista Mandrágora* e a *Revista Gênero*; outras emergiram depois dos eventos, por exemplo, a revista *Feminismos* do NEIM/UFBA, criada em 2012. Outras retomaram a periodicidade recentemente, por exemplo, os *Cadernos de Gênero e Tecnologia*. A entrada maciça das publicações acadêmicas e das ONGs na *internet*, também tem favorecido cada vez mais a expansão do debate feminista e mereceria uma reflexão à parte.

CGT – No atual governo percebemos um retrocesso no que diz respeito às questões de gênero e raça no Brasil, bem como no desenvolvimento de ciências e tecnologia. Como você vê este movimento do Governo Federal? Quais impactos pode ter na vida das mulheres? E na participação das mulheres na ciência?

Luzinete - Os retrocessos na abordagem a essas questões já vinham se impondo no final do governo Dilma, dadas as pressões impostas pela forte articulação dos setores conservadores. Acho curioso que hoje ela seja considerada uma presidenta que não conseguia dialogar com o Congresso, quando justamente essa instância, formada por um número considerável de cidadãos e cidadãs sob suspeita, apoiada por vários setores conservadores, se encarregou de aprovar as célebres “pautas bomba”, além de bloquear sistematicamente as demandas encaminhadas pelo governo dela. E, depois, sustentaria a queda do seu governo a partir de acusações que soaram muito estranhas aos olhos de boa parte da população, não apenas no Brasil. Durante o governo Michel Temer as demandas dos movimentos sociais de modo geral, e dos feministas, em particular, continuaram em queda e hoje estamos diante de um cenário desanimador, pois o governo tem tratado os/as ativistas (que não são de direita, é claro!) como inimigos, ignorando totalmente, o papel de mediação que as lideranças dos movimentos exercem, ao encaminhar as demandas e negociá-las com o governo, aliviando assim tensões que podem se tornar maiores, caso não sejam ouvidas. O potencial explosivo das necessidades sociais, econômicas e políticas que são sufocadas é algo que a história das sociedades vem mostrando há séculos. Correndo os riscos de uma simplificação, creio que estamos diante de um movimento pendular: houve um avanço expressivo das conquistas sociais durante os governos Lula e Dilma, como resultado dos programas sociais, do diálogo do Estado com os movimentos. Respondendo a tais avanços, houve uma reação articulada de vários setores das elites que se sentiram ameaçadas. A visão da história como processo – defendida por filósofos da história situados em campos até certo ponto, divergentes, por exemplo, Hannah Arendt e Michel Foucault - tem

se tornado fundamental para uma compreensão dos avanços e retrocessos no campo dos direitos sociais, humanos, políticos.

Os retrocessos das lutas pela cidadania, no momento são tantos, que é difícil, quase impossível listá-los. No entanto, creio que a negação (altamente ideológica, embora se diga o contrário) de várias conquistas não terá força para apagá-las porque não há como fazer o relógio girar no sentido contrário em termos absolutos. Existe hoje uma consciência em vários espaços, por exemplo, da racialização do gênero, das interações entre os mecanismos de opressão, que não havia décadas atrás. Há também uma divulgação veloz dos mecanismos de violência, uma consciência social dos assassinatos dos jovens negros das periferias, das violências contra as mulheres e contra as crianças, que reforçam as mobilizações populares na luta pela paz. Evidente que as opressões que estamos vivenciando, tem sérios impactos sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Do mesmo modo sobre a vida das mulheres e sobre sua participação no campo científico. Mas, não terão o poder de fazê-las voltar apenas para o âmbito privado, para uma obediência cega a uma ordem patriarcal, para o cultivo de uma visão religiosa que vem sendo imposta e que me parece descolada até mesmo dos princípios básicos humanitários e da realidade das famílias no cenário atual. Afinal, qual é o modelo de família que os/as gestores/as atuais tem em mente? Parece que ignoram que boa parte dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, que criam sozinhas seus filhos, muitas vezes cuidando simultaneamente dos familiares idosos e enfermos. Na prática, as famílias já mudaram há décadas, há famílias hétero e famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo, mães e pais solteiros, casais sem filhos, famílias afetivas etc. Essa diversidade parece que não é vista pelo governo atual. Do mesmo modo, o combate à fome e à pobreza não é sequer mencionado, como política de Estado. Uma lástima.

Apesar desse cenário preocupante, de certo modo asfixiante, creio que rupturas e descontinuidades continuarão acontecendo à revelia daqueles que pensam que podem contê-las, controlar tudo, vigiar tudo, reconstruindo o mundo, à sua imagem e semelhança. Creio que a racionalização da violência, a “politização da morte” (como afirma Giorgio Agamben)³¹, bem como a “banalização do mal” ou a significativa e constante participação da violência nos “negócios humanos” (como disse Hannah Arendt³²), não serão suficientes para reduzir a pó as duras conquistas dos movimentos feministas, negros, indígenas, LGBTTS, ambientais. Nem será capaz de excluir as mulheres da produção do conhecimento e do cultivo de novos valores. A compreensão de que as relações entre homens e mulheres são políticas, constitui um dos avanços mais significativos das teorias e dos movimentos feministas. Não dá para mudar o mundo para melhor, sem equilibrar essas relações. O incremento do feminicídio é algo assustador e representa o ápice do desequilíbrio, espelhando a imensa dificuldade dos homens em lidar com a autonomia das mulheres. Não é negando as assimetrias de gênero, tentando desqualificá-las como “ideologias de gênero” que absurdos como o feminicídio deixarão de existir. Creio que nos resta, portanto, resistir, denunciar, divulgar, falar. Ainda que às vezes, confesso, com o avanço da idade, me sinta bastante cansada.

CGT – Tem mais algum tema que gostaria de abordar?

Agradeço a oportunidade de poder organizar um pouco informações sobre minha trajetória que nunca reuni dessa forma. Ou seja, de um modo que permite uma certa distância do formato frio dos currículos.

CGT – Agradecemos sua disponibilidade em contribuir para os Cadernos de Gênero e Tecnologia.

Notas

* Entrevista realizada via e-mail no mês de março de 2019.

¹Colégio Estadual Severino Vieira, situado no bairro de Nazaré, em Salvador, do qual tenho até hoje belas recordações. Embora não lembre mais dos sobrenomes das/os professoras/es, recordo ainda de várias/os delas/es. Em especial da professora de português, Maria Helena, que nos ensinou a lidar com o nosso idioma, nos estimulou a frequentar a biblioteca, a ler bons livros, a dialogar com personagens e a elaborar narrativas.

²MINELLA, Luzinete Simões. Disciplinas ou Interdisciplinaridade? Meu lugar, um não lugar. In: RIAL, Carmen; TOMIELLO, Naira e RAFAELLI, Rafael (orgs.) **A aventura interdisciplinar: quinze anos de PPGICH/UFSC**. Blumenau: Nova Letra, 2010, p. 101-110.

³Jurista, filósofo, sociólogo e professor (1930-1977). Criador e coordenador do Curso de Mestrado em Ciências Sociais da UFBA.

⁴Socióloga, professora, pesquisadora e feminista pioneira da UFBA (1931-1983).

⁵Socióloga, professora e pesquisadora da UFBA.

⁶ SIMÕES, Luzinete. **Estrutura Etária e Mudança Social em Mucugê**. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, 1977.

⁷Sem o apoio do Dr. Hamilton Meira, na época, médico psiquiatra da instituição teria sido bem mais difícil a realização da pesquisa.

⁸ SIMÕES, Luzinete. **El Modo de Producción Capitalista y la Fractura en las Relaciones Sociales: elementos teóricos para una reflexión sobre la enfermedad mental en Bahía, Brasil**. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.

⁹Jorge Lucas Simões Minella, nascido em 1987, mestre em História/UFSC, doutorando em História pela Universidade de Massachusetts/Amherst e Diego Simões Minella, nascido em 1990, graduado em Administração/UDESC e graduando em Direito/CESUSC.

¹⁰Sobre a trajetória de Zahidé, ver o artigo de FERNANDES, Felipe Bruno Martins; MORAES, M.; AMARAL, M. Zahidé Machado Neto: Uma Pioneira dos Estudos sobre a Mulher na Bahia. Aceno - **Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, p. 108-124, 2016.

¹¹ Esse projeto resultou de uma iniciativa da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, com financiamento do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento e coordenado pelo SOS Corpo, Instituto Feminista pela Democracia. Fiquei responsável pela coordenação da pesquisa em Santa Catarina,

sediada no NIGS, Núcleo de Identidades de Gênero, coordenado pela profa. Miriam Pillar Grossi.

¹² MINELLA, Luzinete Simões. Medicina e Feminização em universidades brasileiras: o gênero nas interseções. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 25, n. 3, 2017, p. 1111-1128. Versão Online ISSN 1806-9584. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000301111&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

¹³ MINELLA, Luzinete Simões. No trono da ciência I: laureadas com o Nobel da Fisiologia ou Medicina (1947-1988). **Cadernos da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo/SP, v. 47, jan/mar 2017, n. 163, p. 70-93. Dossiê Mulheres em Carreiras de Prestígio, organizado por Maria Rosa Lombardi. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00070.pdf>

MINELLA, Luzinete Simões. No trono da ciência II: laureadas com o Nobel da Fisiologia ou Medicina (1995-2015). **Revista Brasileira de História da Ciência**, SBHC: Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2017, p. 87-107. Disponível em [file:///C:/Users/Mini%201900i/Downloads/RBHC%202017_1%20Luzinete%20Simoes%20Minella%20\(9\).pdf](file:///C:/Users/Mini%201900i/Downloads/RBHC%202017_1%20Luzinete%20Simoes%20Minella%20(9).pdf)

¹⁴ MINELLA, Luzinete Simões e CABRAL, Carla Giovana (orgs.) **Práticas Pedagógicas e Emancipação: Gênero e Diversidade na Escola**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

¹⁵ Fazem parte da coordenação editorial Mara Coelho de Souza Lago; Tânia Regina Ramos e Cristina Scheibe-Wolff.

¹⁶ SCHEFFER, Mário; CASSENOTE, Alex Jones F. "A feminização da medicina no Brasil". **Revista Bioética**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 268-277, 2013.

¹⁷ Revista Pesquisa Fapesp, n. 277, março de 2019. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/07/titulos-de-doutorado-no-brasil-participacao-feminina/>

¹⁸ MELO, Hildete Pereira de e RODRIGUES, Lígia M. C. S. **Pioneiras da Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: SBPC, 2006.

¹⁹ Ver <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/about/history> Acesso em março de 2019.

²⁰ Como resultado de um convênio entre o PPGICH/UFSC e o PPGNEIM/UFBA, financiado pelo PROCAD/CAPES e coordenado por Miriam Pillar Grossi e Cecília Maria Bacellar Sardenberg, tive a satisfação de organizar o número 18 dessa Coleção, juntamente com essa última pesquisadora, intitulado Gênero e Ciências. Mulheres em Novos Campos, Salvador, EDUFBA/NEIM, 2016.

²¹ A história da REF tem sido registrada em artigos e editoriais elaborados por várias das suas editoras, que nela atuaram e/ou atuam, entre as quais me incluo: Albertina de Oliveira Costa, BilaSorj, Claudia de Lima Costa, Cristina Scheibe-Wolff, Lena Lavinias, Maria Luiza Heilborn, Miriam Pillar Grossi, Mara Coelho de Souza, Sônia Weidner Maluf, Susana BornéoFunck, Tânia Ramos etc.

²² Também fazem parte da atual coordenação editorial da REF, Mara Coelho de Souza Lago, Cristina Scheibe-Wolff e Tânia Regina Oliveira Ramos.

²³ Os objetivos desse projeto constam em COSTA, Cláudia de Lima; GROSSI, Miriam Pillar e MINELLA, Luzinete Simões. Projeto para o desenvolvimento e implementação da Revista Estudos Feministas Online e de um Consórcio de Publicações Feministas, financiado pela Fundação Ford e desenvolvido entre 2002 e 2004.

²⁴ Entre as publicações acadêmicas, além da REF, estiveram presentes o Caderno Espaço Feminino e Gênero e Pesquisa, ambas sediadas na Universidade de Uberlândia; Cadernos de Pesquisa e Debate/UFPR; Cadernos Pagu/Unicamp; Coleção Baianas: Livros Temáticos/NEIM/UFBA; Cadernos Gênero/UFF e Revista Mandrágora/Universidade Metodista de São Paulo, além das publicações da Fundação Carlos Chagas. Participaram do evento as editoras das seguintes ONGs: AGENDE – Ações de Gênero, Cidadania e Desenvolvimento; ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; CDD – Católicas pelo Direito de Decidir; CEPIA – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação; CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; EPARREI – Casa de Cultura da Mulher Negra; FALA PRETA- Por uma comunicação negra; FNUAP – Fundo de População das Nações Unidas; GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra; Instituto Patrícia Galvão; MARIA MULHER – Organização de Mulheres Negras; REDE SAÚDE – Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais; SOS CORPO – Gênero e Cidadania; THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

²⁵ MINELLA, Luzinete Simões e GROSSI, Miriam Pillar. Dossiê Publicações Feministas Brasileiras: compartilhando experiências, **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 11, n. 1, 2003. O balanço final foi elaborado por Luiza Bairros e se intitula Relatório da 3ª Sessão do I Encontro Nacional de Publicações Feministas, p. 302-304. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100023&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 09 de março de 2019.

²⁶ Editora Mulheres, Florianópolis; Editora Brasiliense, São Paulo e a Editora Letras Livres, Brasília.

²⁷ Revista Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 12, número especial, setembro/dezembro 2004. A respeito do Consórcio de Publicações Feministas, que deles resultou e que se encarregou da divulgação das publicações das versões impressas em eventos da área entre 2002 e 2004, ver o artigo de PORTO, Rozeli Maria. Consórcio de Publicações Feministas: a visibilidade do feminismo e sua divulgação. p169-181. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-026X20040003&lng=pt&nrm=iso Acesso em 09 de março de 2019.

²⁸ MINELLA, Luzinete Simões. Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 16, n. 1, 2008, p. 105-116. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a10v16n1.pdf> Acesso em 10 de março de 2019.

²⁹ MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 11, n. 1, 2003, p. 298-301.

³⁰ NAVARRO, Marysa. Publicações acadêmicas feministas no contexto norte-

americano. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 12, setembro 2004, p. 59-62.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

³¹ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004, p. 72.

³² ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 16.

Recebido: 13 ago. 2019.

Aprovado: 13 ago. 2019.

DOI: 10.3895/cgt.v13n41.10515

Como citar:

Casagrande, Lindamir Salete. Luzinete Simões Minella fala aos Cadernos de Gênero e Tecnologia. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.13, n. 41, p. 05-24, jan./jun. 2020.

Correspondência:

Lindamir Dalete Casagrande, Av. Sete de setembro, 3165, Curitiba, Paraná, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

